

INDEFINIÇÃO PAIRA SOBRE ANGRA 3

Retomada das obras depende de revisão tarifária, renegociação das dívidas com BNDES e Caixa e parceria com o capital privado

Por Danylo Martins

Paralisada desde setembro de 2015, após envolvimento em esquema de corrupção investigado pela Operação Lava-Jato, a construção da usina de Angra 3 ainda não tem um desfecho previsto. Para que as obras sejam retomadas, o primeiro ponto a resolver é a questão da tarifa, que, segundo a Eletronuclear, está defasada e não remunera os investimentos feitos pela empresa, tampouco o custo do financiamento. Esta decisão depende do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Além da revisão tarifária, a renegociação das dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – no valor de R\$ 6,15 bilhões, com pagamento de juros de R\$ 30 milhões mensais – e a Caixa Econômica Federal é outro passo importante. Para fechar a equação, há a necessidade de encontrar um parceiro privado disposto a injetar recursos para a conclusão das obras. Isso porque ainda faltam R\$ 14 bilhões, de um montante total de R\$ 21 bilhões previstos para investimento em Angra 3.

A entrada de capital estrangeiro já está nos planos da Eletronuclear. Em conjunto com a Eletrobras, sua controladora, a companhia já assinou memorandos de entendimento com a chinesa China National Nuclear Corporation (CNNC) e a russa

Rosatom. Já com o consórcio franco-japonês EDF/Mitsubishi, há um acordo de confidencialidade vigente com objetivo de dar suporte à troca de informações sobre a situação do projeto. “Adicionalmente, um memorando de entendimento entre as partes está em fase de preparação”, diz a Eletronuclear. A expectativa é que a modelagem de negócios para a retomada de Angra 3 seja aprovada até o fim do primeiro semestre.

A busca de parceiros do setor privado precisa respeitar a legislação brasileira, que define a atividade nuclear como um monopólio da União, lembra Aquilino Senra, professor de engenharia nuclear da Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e ex-presidente da Indústrias Nucleares do Brasil (INB). “O controle acionário tem de continuar pertencendo a uma empresa estatal. Neste sentido, já há modelos estudados pela Eletronuclear.”

Para o professor, a incerteza quanto à finalização das obras de Angra 3 não é o único entrave à expansão da energia nuclear no Brasil. Falta definir um programa nuclear que estipule o número de usinas a serem construídas nos próximos anos. Ele cita a China, cujo planejamento inclui a quantidade de usinas a serem feitas até 2020. “No Brasil, não há uma ideia clara de projeto nacional nuclear, com começo, meio e fim,

para ser executado. O risco é o país perder a capacidade tecnológica que foi conquistada com o decorrer dos anos”, analisa Senra. Juntas, Angra 1 e Angra 2 respondem por cerca de 3% da potência instalada para geração de energia elétrica no Brasil, de acordo com o professor.

Na visão de Olga Simbalista, engenheira eletricitista e nuclear e presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben), o avanço dessa fonte é importante do ponto de vista da matriz energética. Isso porque as energias renováveis estão ganhando espaço, mas têm como característica a produção intermitente. “A solução seria ter mais usinas nucleares que ficariam gerando [energia] constantemente no sistema, enquanto as renováveis gerariam de forma flutuante.” Para isso, contudo, é fundamental reiniciar as obras de Angra 3.

Olga chama a atenção para a utilização da energia nuclear em outras áreas, como saúde, com a produção de radiofármacos, cuja maior parte ainda é importada da Rússia, África do Sul e Argentina, mesmo com a alta demanda. Hoje, o Brasil possui cinco institutos de pesquisa dedicados a estudar energia nuclear. Entre eles está o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), localizado no campus da Universidade de São Paulo (USP).



Faltam
R\$ 14 bilhões
para conclusão
das obras
da usina

Além disso, está em construção o Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), em parceria com a Argentina. O empreendimento vai funcionar em Iperó (SP), vizinho ao Centro Experimental de Aramar, onde são desenvolvidas atividades do programa nuclear da Marinha. “Mesmo sem um programa de Estado para a questão nuclear, o Brasil tem algo que poucos países possuem: o domínio do ciclo completo de fabricação do combustível, assim como um programa militar de salvaguarda para que não haja desvio para fabricação de artefatos nucleares.”

Para Célio Bermann, coordenador do programa de pós-graduação em energia da USP e presidente da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético (SBPE), o custo para finalização de Angra 3 é apenas um dos problemas que precisam ser levados em conta. Segundo ele, existem equipamentos armazenados por quase 25 anos, que precisarão ser substituídos, mas o mercado internacional não produz mais esses tipos de equipamento. “O pensamento de que a segurança energética é garantida pela construção de um número maior de usinas de grande porte é algo que está se revelando não condizente com a realidade.”

A diversificação de fontes energéticas permite adotar o modelo de geração distribuída, seguindo o caminho trilhado por diversos países, defende o professor. Isso implicaria o abandono de sistemas centralizados de geração e monitoramento de energia, reduzindo a escala. “Esse modelo permitiria abastecer as necessidades de cada localidade.”

Olga cita 2018 como um ano de retomada dos projetos de energia nuclear, principalmente na Ásia e no Oriente Médio. Atualmente, há 50 reatores nucleares em construção e 150 estudos de viabilidade no mundo. Em janeiro deste ano, foi criado um grupo de trabalho para analisar a política nuclear brasileira, composto pelo Ministério de Minas e Energia, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.

DIVULGAÇÃO